

ANO VII Nº 142 BRASÍLIA-DF – 24/08/2020

113.358 MORTOS PELA COVID-19. 'FRACASSO NÃO É POR ACASO', APONTA CIENTISTA

Epidemiologista da Fiocruz aponta que o Brasil pode ter passado de 180 mil mortes causadas pela covid-19. Má gestão do governo federal explica a tragédia



Até aqui, a história da pandemia se resume a uma sequência de erros e más condutas, especialmente por parte do governo federal, personificado na figura de Jair Bolsonaro

por Gabriel Valery

“Trem sem maquinista não chega em seu destino. País sem gestão paga o preço. Estamos pagando o preço pelo governo ter ignorado e minimizado a covid-19”, sentenciou o epidemiologista da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) Jesem Orellana. Hoje (21), o Brasil teve 1.054 mortos pela covid-19. O país chegou a 113.358 mortos [desde o início do surto, em março](#).

Com o acréscimo de 30.355 contaminados no último período, o Brasil chegou a 3.532.330 infectados pela doença. Isso, sem contar a subnotificação, estimada em dezenas de milhares de casos e óbitos. “É muito provável que já tenhamos passado de 180 mil mortes diretas e indiretas devido à pandemia de covid-19 no Brasil. É uma situação bastante triste”, denuncia Jesem. [O Brasil é um dos países que menos testa para o vírus no mundo](#).

“Um time de futebol que troca de técnico três vezes em três meses é sério candidato ao rebaixamento. É um sinal claro do fracasso da gestão da pandemia no Brasil”

Até aqui, diz o especialista, a história da pandemia se resume a uma sequência de erros e más condutas, especialmente por parte do governo federal, de Jair Bolsonaro. “A condução tem total diferença. Menos de 100 dias depois do primeiro caso no país, estávamos no terceiro ministro da Saúde. Um time de futebol que troca de técnico três vezes em três meses é sério candidato ao rebaixamento. É um sinal claro do fracasso da gestão da pandemia no Brasil”, disse...

[CLIQUE AQUI](#) e acesse a íntegra do conteúdo pelo portal de notícias da NCST.

Fonte: Rede Brasil Atual - RBA

SINDICALISMO FIRMOU 8.574 ACORDOS NA PANDEMIA, INFORMA DIEESE



Fausto falou sobre o tema na terça (18) ao jornalista João Franzin, na live de terça (18)

Vai ficar surpreso, se ler o boletim “De olho nas negociações”, do Dieese, quem apostou na covardia do movimento sindical. Isso porque, mesmo com a pandemia, houve 8.574 acordos por categoria, no primeiro semestre.

Esse e outros dados constam da edição número 1 do “De olho nas negociações”, divulgado dia 14. A publicação, ao detalhar as negociações, mostra queda de 28% nas cláusulas econômicas – ou salariais. Na pandemia, muitas negociações renovaram a Convenção Coletiva, sem tocar na questão salarial.

A live da última terça (19) da Agência Sindical ouviu o professor **Fausto Augusto Júnior**, diretor-técnico do Dieese.

TRECHOS PRINCIPAIS:

Boletim – Desde que assumimos a direção do Dieese em fevereiro, ajustamos a linha editorial e o modelo de comunicação, que facilitem assessorar o sindicalismo nas negociações e lutas. O Dieese é o banco mais antigo de acompanhamento de negociações no Brasil.

Negociações – O governo defende a linha da individual. Já nosso objetivo é mostrar que a negociação coletiva tem um papel fundamental na sociedade brasileira, é fundamental na solução de conflitos. Houve mais de oito mil negociações. A grande maioria dos Sindicatos faz acordo por negociação.

Sindicalismo – Vimos mais de 15 milhões de acordos. Metade dos trabalhadores entrou no programa por meio de acordos coletivos. O movimento sindical mostrou que era possível negociar condições melhores. Garantiu renda básica, ampliou a estabilidade. Um volume muito grande de negociações aconteceu no período. Muitas empresas agora estão retornando do home office e os Sindicatos negociam protocolos para os trabalhadores...

[CLIQUE AQUI](#) e acesse a íntegra do conteúdo pelo portal de notícias da NCST.

Fonte: Agência Sindical

OPOSIÇÃO DEFENDE AUXÍLIO EMERGENCIAL PERMANENTE COM TAXAÇÃO DE GRANDES FORTUNAS

Propostas de partidos da oposição e da sociedade civil contrasta com ideia do governo, que pode substituir Bolsa Família



Na Câmara, cresceu coro em defesa de um auxílio permanente para aliviar efeitos da pobreza e da crise econômica - Saulo Cruz/Câmara dos Deputados

por Cristiane Sampaio
edição de Leandro Melito

Com o agravamento da crise socioeconômica e a expansão dos demais [efeitos da pandemia](#) e das políticas neoliberais no país, ganhou musculatura, nos últimos dias, o movimento pela criação de um [auxílio](#) permanente voltado à população de baixa renda.

Encampada especialmente pelo estrato mais progressista da política, a proposta conquista espaço entre atores externos ao campo, como é o caso do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Na semana passada, o parlamentar voltou a dizer – sem detalhar a proposta – que o Brasil precisa de um programa de renda básica. Já o ministro da Economia deve anunciar nesta terça-feira (25), a proposta da Renda Brasil, que deve substituir o Bolsa Família, unificando-o com outros programas sociais, como seguro-defeso, salário-família e abono salarial.

A gestão tem dito que trabalha para executar a medida a partir de janeiro de 2021, quando termina o prazo de vigência do auxílio emergencial. De acordo com a proposta, a ideia seria atender 21 milhões de famílias, com um benefício de R\$ 300...

[CLIQUE AQUI](#) e acesse a íntegra do conteúdo pelo portal de notícias da NCST.

Fonte: Brasil de Fato

A SUBTRIBUTAÇÃO DOS SUPER-RICOS NO BRASIL

O sistema tributário, volto a dizer, é um verdadeiro monumento à inércia e ao conservadorismo brasileiros.



por Paulo Nogueira Batista Jr.

Escolhi hoje um tema perigoso: a subtributação dos super-ricos. A turma da bufunfa é poderosa e tem verdadeiro horror de contribuir para o financiamento do Estado. Resiste ferozmente a qualquer tentativa de extrair dela alguma contribuição. E quem se dispõe a tratar do assunto corre o risco de ser caçado a pauladas, feito ratanzana prenhe, como diria Nelson Rodrigues.

Assim, é natural que poucos se animem a entrar nessa seara. Recentemente, um grupo numeroso de economistas, muitos deles ligados ao mercado e a instituições financeiras, assinaram um longo artigo-manifesto, publicado pela Folha de S.Paulo, sobre a situação fiscal brasileira (“É preciso rebaixar o piso de gastos para que o teto não colapse”, 17 de agosto, p. A14). O artigo não é ruim, está até bem argumentado, mas é notável que não contenha uma linha sequer sobre a injustiça do sistema tributário e a subtributação dos ricos.

O Brasil tem historicamente uma das piores distribuições da renda e da riqueza no planeta – como sabemos e nada fazemos. Um dos fatores que contribuem para essa concentração de renda e riqueza é a injustiça do sistema tributário – como sabemos (ou deveríamos saber) e nada fazemos. É sintomático que o País esteja discutindo, há anos, a questão da reforma tributária a do déficit público, mas pouco ou nada se proponha para tornar a tributação mais justa (ou menos injusta) e exigir mais dos super-ricos.

As propostas em discussão no Congresso, pelo menos aquelas que atraem a atenção da maioria dos parlamentares e da mídia, passam ao largo dessa dimensão do problema, concentrando-se na reforma do sistema de tributação indireta no País. Não é que esse aspecto seja secundário, longe disso. É essencial aumentar a eficiência dos tributos sobre consumo e simplificar o sistema tributário brasileiro. Não se deve, entretanto, relegar a segundo plano a questão distributiva...

[CLIQUE AQUI](#) e acesse a íntegra do conteúdo pelo portal de notícias da NCST.

Fonte: Portal Vermelho

O QUE OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO PODEM ESPERAR COM A APROVAÇÃO DO FUNDEB?

Caso seja renovado, 70% do fundo será destinado para os profissionais da educação no Brasil



O projeto prevê que 70% do fundo seja destinado ao salário dos profissionais da educação. - Arquivo/Agência Brasi

por Nayá Tawane
edição de Camila Maciel

O novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) deve ser votado nesta terça-feira (25) no Senado Federal. O recurso financia a educação básica no Brasil, incluindo o salário dos professores da rede pública.

Helena Araújo, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), explica como os recursos devem ser destinados à categoria.

“O novo Fundeb traz a perspectiva de manter o piso salarial do magistério e fala que no mínimo 70% do fundo será destinado ao salário do conjunto dos profissionais da educação. Esse é um elemento importante, mas ainda insuficiente para garantir o direito e a valorização desses profissionais. A Constituição Federal diz que o piso salarial deve ser para o conjunto dos profissionais da educação, ou seja, não apenas para os professores, mas para todos os profissionais da educação, que é o porteiro, a merendeira e os próprios professores”, aponta.

[CLIQUE AQUI](#) e confira reportagem em vídeo.

[CLIQUE AQUI](#) e acesse o conteúdo pelo portal de notícias da NCST.

Fonte: Brasil de Fato

NOVA CENTRAL APOIA CAMPANHA NACIONAL “AGOSTO LILÁS”



CAMPANHA AGOSTO LILÁS

7 DE AGOSTO 14 ANOS DA LEI MARIA DA PENHA (11.340)

Sinal vermelho contra a violência doméstica

NÃO DÁ PARA FICAR INDIFERENTE EM CASO DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

LIGUE 180

Secretaria Nacional para Assuntos da Mulher 2020

Acompanhe estas e outras notícias relacionadas ao mundo do trabalho pelo Portal de Notícias da NCST: www.ncst.org.br